

MEC/SG/SEINF
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA



CIBEC/INEP



B0004912

BBE
/

F
37:31
S591s

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Esther de Figueiredo Ferraz

SECRETÁRIO GERAL
Sérgio Mário Pasquali

SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO
Getúlio Pereira Carvalho

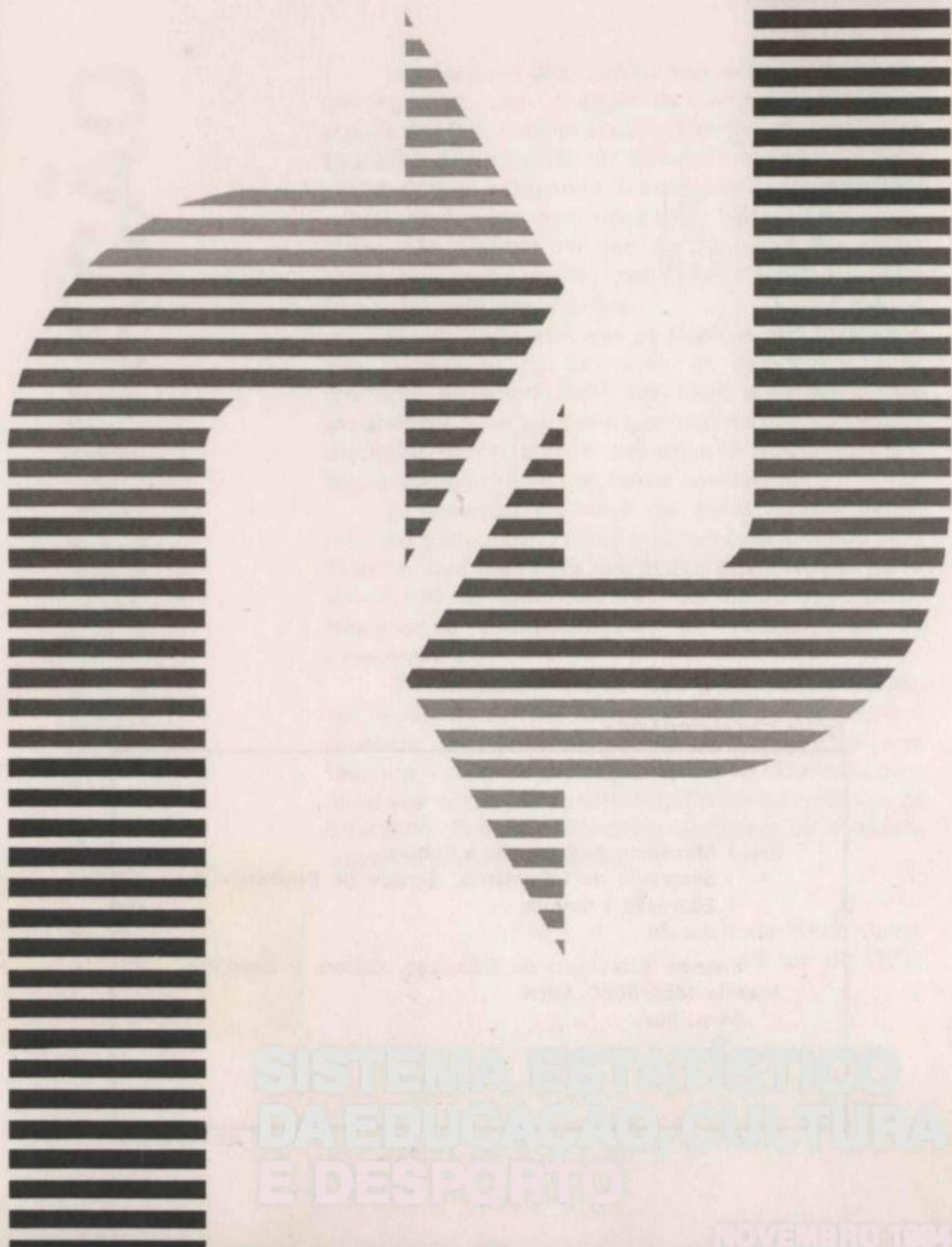
SECRETÁRIO DE INFORMÁTICA
Jair dos Santos Lapa

DIRETOR DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Maurício de Pinho Gama

BBE 29(1)84

MEC/SG/SEINF
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MEC / INEP
SID... EC



SISTEMA ESTATÍSTICO
DA EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO

NOVEMBRO 1984

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

NOVEMBRO 1984

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

FICHA CATALOGRAFICA

Brasil. Ministério da Educação e Cultura.
Secretaria de Informática. Serviço de Estatística da
Educação e Cultura.

Sistema Estatístico da Educação, Cultura e Desporto.
Brasília, MEC/SEEC, 1984. 44 p., ilust.

SEEC/PUB MS-20/84

APRESENTAÇÃO

No decorrer dos últimos três anos o SEEC vem conseguindo, com o apoio da Secretaria de Informática do MEC, ampliar e intensificar a participação das Unidades da Federação no Sistema Estatístico da Educação, Cultura e Desporto. A produção de informações, sobretudo quando realizada a partir de métodos censitários, não é tarefa simples. Ao contrário, requer um empenho e envolvimento imensuráveis por aqueles que não participam deste esforço.

A seriedade com que os Núcleos de Informática das Secretarias de Educação se dedicam a essa produção, ao lado do SEEC e do IBGE, testemunha uma experiência ímpar em plano nacional, no que concerne à disciplina de métodos e sincronia de procedimentos, face à complexidade dos fluxos envolvidos.

A absorção gradativa de novas tarefas determinadas pelo próprio padrão de resposta atingido pelo Sistema, que gera cada vez mais exigências por parte das fontes de demanda, vem sendo admitida pelos Núcleos de Informática com um notável nível de desempenho.

O reconhecimento de todo este esforço merece ser registrado e, com essa finalidade, o SEEC edita o presente documento, dedicando-o, sobretudo, aos técnicos e dirigentes das Secretarias de Educação que, junto aos demais integrantes do Sistema Estatístico da Educação, Cultura e Desporto, ajudaram-no a desenvolver-se e a consolidar-se.

Maurício de Pinho Gama
Diretor do SEEC

INTRODUÇÃO	5
SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	7
- Educação Básica, Especial e Supletiva	9
- Educação Superior e Estatísticas Financeiras	12
- Cultura e Desporto	14
O SEEC E SEUS OBJETIVOS	17
RECURSOS DO SISTEMA	21
DESCENTRALIZAÇÃO: EVOLUÇÃO DO SISTEMA	24
APÊNDICE	
Antecedentes Históricos	28
Pressupostos Legais	35
Núcleos de Informática das Unidades da Federação	38
BIBLIOGRAFIA	40

INTRODUÇÃO

A informação estatística como instrumento básico da avaliação, planejamento e decisão adquiriu, em nossos dias, uma posição particularmente marcante e, por consequência, ampliam-se cada vez mais os níveis de exigência que recaem sobre os órgãos responsabilizados por sua produção.

De fato, dois fatores condicionam fundamentalmente esta demanda crescente. Por um lado, a necessidade de dar plena e segura utilização aos recursos aplicados, sobretudo em programas de natureza social, típicos dos setores da Educação, Cultura e Desporto, cujo planejamento e avaliação só se tornam possíveis a partir dos dados que descrevem as condições que precedem e que sucedem sua implantação e desenvolvimento.

Por outro lado, o surgimento acelerado de novas tecnologias de apoio à obtenção e utilização da informação confere maior velocidade de produção e acesso e reduz consideravelmente os custos envolvidos, expandindo, de modo significativo, a rede de usuários.

Por essa razão, a flexibilidade aparentemente adquirida pelos órgãos produtores, a partir destas tecnologias, vê-se, de fato, comprometida pela ampliação dos níveis e padrões da demanda.

A resposta rápida, abrangente e segura aos usuários é, portanto, a meta fundamental dos órgãos de informação e se traduz, no SEEC, através do Sistema Estatístico da Educação, Cultura e Desporto, que congrega MEC, IBGE, Secretarias de Educação e órgãos de cultura de todo o País para, a partir de procedimentos definidos e praticados conjuntamente, dar suporte às ações dos setores de decisão locais e nacionais, na qualidade e velocidade requeridas.

**SISTEMA ESTATÍSTICO
DA EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

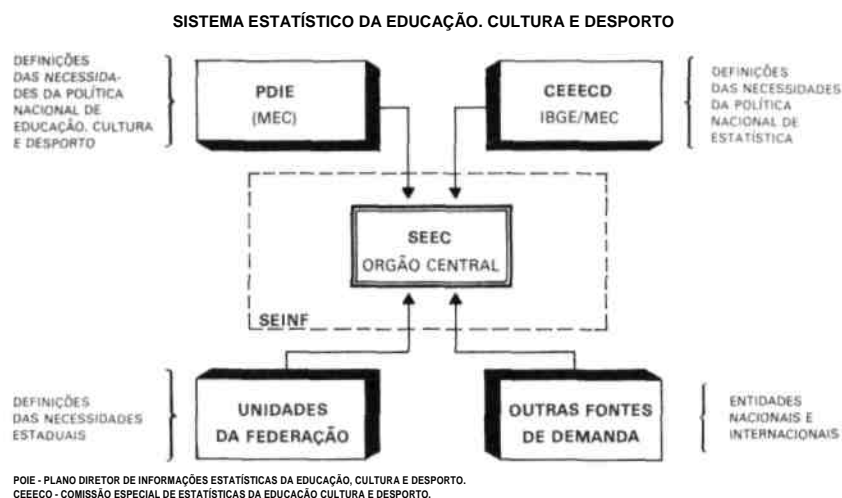
SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

O SEEC realiza, atualmente, 28 levantamentos que cobrem inúmeros setores inscritos no âmbito de gestão do Ministério da Educação e Cultura. Tais levantamentos consideram, em seu conteúdo, três níveis distintos de demanda. O primeiro, correspondente às necessidades condicionadas pelas ações dos órgãos executores das políticas nacionais do MEC, é estabelecido por meio do Plano Diretor de Informações Estatísticas da Educação, Cultura e Desporto - PDIE, elaborado em sincronia absoluta às prioridades preconizadas para cada área, apontadas pelos representantes credenciados de cada setor, junto à comissão criada com o fim de aprová-lo.

O **segundo** nível compreende a demanda das Unidades da Federação, ouvidas em reuniões periódicas nas próprias Secretarias de Educação e órgãos de cultura, e nos encontros nacionais realizados durante o planejamento das pesquisas.

O terceiro nível responde, especificamente, ao Sistema Estatístico Nacional e seu conteúdo é determinado pelo Plano Nacional de Estatísticas Básicas e pelo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, de responsabilidade da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Esses três níveis, contudo, não totalizam os compromissos do SEEC, que atende, ainda, outras fontes de demanda nacionais e internacionais como, por exemplo, a UNESCO que tradicionalmente solicita o órgão, por ocasião da elaboração do Statistical Year Book.



SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

O vasto volume de informações compreendidas nas características de demanda dos diversos usuários do Sistema, é obtido através de pesquisas que requerem métodos diferenciados de coleta e tratamento dos dados. Em linhas gerais, os inquéritos podem ser descritos em 3 grupos: Educação Básica, Especial e Supletiva; Educação Superior e Estatísticas Financeiras; Cultura e Desporto, totalizando 1.530.000 questionários.

GRUPO	INQUÉRITO	PESQUISAS	NÚMERO DE MANUAIS DE INSTRUÇÕES UTILIZADOS
EDUCAÇÃO BÁSICA, ESPECIAL E SUPLETIVA	PR- 1	Educação Pré-Escolar	55.000
	ER- 1	Ensino de 1º grau (escolas de uma sala de aula)	150.000
	ER- 2	Ensino de 1º grau (escolas de duas ou mais salas de aula) e Ensino de 2º grau	80.000
	EE- 1	Educação Especial no Ensino Regular	3.500
	EE- 2	Educação Especial em Instituições Especializadas	1.200
	SP- 1	Educação Supletiva – Exames (Secretarias)	(1)
	SP- 2	Educação Supletiva – Cursos	95.000
	PE- 1	Prédio Escolar	230.000
EDUCAÇÃO SUPERIOR E ESTATÍSTICAS FINANCEIRAS	ES- 1	Educação Superior – Universidades, Centros Federais de Educação Tecnológica e Estabelecimentos Isolados Federais	700
	ES- 2	Educação Superior – Federações de Escolas, Faculdades Integradas e Estabelecimentos Isolados não Federais	2.000
	ES- 3	Educação Superior – Departamentos	10.000
	ES- 4	Educação Superior – Mantenedoras	1.500
	ES- 5	Educação Superior – Cursos	2.000
	EF- 1	Estatísticas Financeiras – Municipais	5.000
	EF- 2	Estatísticas Financeiras – Estaduais	1.800
	EF- 3	Estatísticas Financeiras – Federais	(2)
	EF- 4	Estatísticas Financeiras – Estaduais	(3)
CULTURA E DESPORTO	EC- 1	Rádiodifusão	3.000
	EC- 2	Imprensa Periódica	11.000
	EC- 3	Empresas Editoras de Livros e Folhetos	4.000
	EC- 4	Cine-Teatros	2.000
	EC- 5	Museus	3.000
	EC- 6	Bibliotecas	40.000
	EC- 7	Associações Culturais	15.000
	EC- 8	Teatros	6.000
	EC- 9	Cinemas	2.000
	EC-10	Teledifusão	1.000
ED- 1	Associações Desportivas	20.000	

Obs.: (1) Pesquisas realizadas nas Secretarias Estaduais de Educação; (2) Pesquisas no Balanço da União; (3) Pesquisas nos Balanços Estaduais.

EDUCAÇÃO BÁSICA. ESPECIAL E SUPLETIVA

O grupo I caracteriza, de forma bastante evidente, a agilidade atingida pelo Sistema, a partir da descentralização de rotinas de produção.

Neste grupo, constituído pelos inquéritos **ER-1, ER-2, PE-1, EE-1, EE-2, SP-1** e SP 2, a coleta é realizada por duas redes distintas, a do IBGE, que possui bases municipais em todo o País e a das Secretarias de Educação, através dos Núcleos de Informática, implantados na totalidade das Unidades da Federação com suporte financeiro e técnico do SEEC.

A participação de cada rede nos trabalhos de campo varia segundo as possibilidades de envolvimento de cada Secretaria e, a rigor, a atuação do IBGE verifica-se na cobertura de áreas inacessíveis aos Núcleos de Informática, em razão de limitações de ordem operacional.

Há, dessa forma, no que concerne à coleta, um modelo singular de participação de ambas as redes em cada Unidade da Federação. Os prazos, contudo, obedecem a um cronograma padrão, de abrangência nacional.

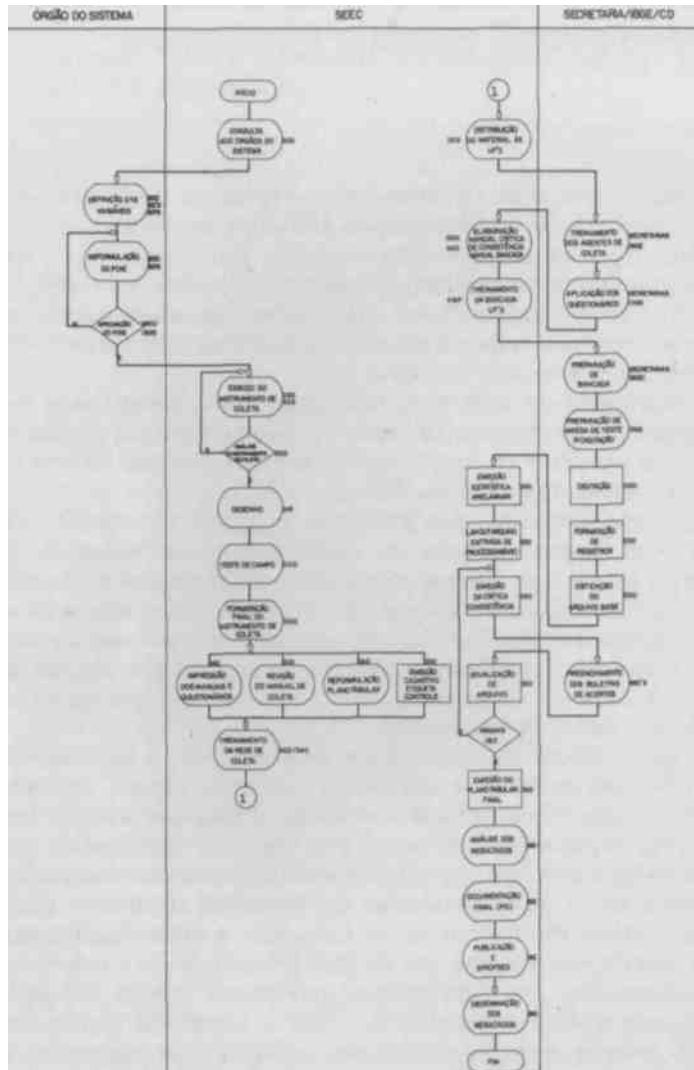
Uma vez definidos os instrumentos, durante o planejamento da campanha, são estabelecidas as datas de fluxo e de conclusão de cada uma de suas etapas e iniciadas as rotinas, considerando margens de flexibilidade para os ajustes que sejam, eventualmente, necessários ao cronograma, na hipótese de ocorrências imprevisíveis à época de sua fixação.

Os questionários são elaborados pelo SEEC com base nos conteúdos estabelecidos em conjunto e contempla, além da parcela nacional comum, necessidades específicas de cada sistema de ensino, por meio de instrumental complementar também impresso pelo órgão. Esses questionários são remetidos às Unidades da Federação em quantidades inicialmente determinadas pelo número de elementos de pesquisa constantes dos cadastros atualizados anualmente, a partir dos registros das Secretarias de Educação. A essas quantidades soma-se a reserva técnica que cresce, em média, 15% ao total de Estabelecimentos de Ensino cadastrados, prevendo aqueles que foram criados no período compreendido entre o final da atualização e o início da campanha. Somam-se, ainda, os formulários enviados no decorrer da coleta, na hipótese de esgotar-se o percentual que corresponde à reserva técnica.

Na medida em que se desenvolve a coleta, realiza-se no próprio Núcleo de Informática a crítica visual dos formulários que já retornaram das bases de pesquisa, segundo um conjunto de procedimentos padronizados, fixados em manual nacional, para aplicação pelas bancadas instaladas sob supervisão do SEEC e intensamente treinadas para aquele fim.

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

MINISTÉRIOS EDUCAÇÃO E CULTURA-SG-SEINF
 SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 CAMPANHAS - 1984/1985
 EDUCAÇÃO BÁSICA, SUPLETIVA E ESPECIAL



LEGENDA	
	ATIVIDADES VARIÁVEIS
	ATIVIDADES DE F.F.
	DECISÃO

SEEC - SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA SEEC - UNIDADE DE COLHEITA DE DADOS SEEC - UNIDADE DE TRATAMENTO E OPERAÇÃO DE DADOS SEEC - UNIDADE DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS SEEC - UNIDADE DE IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE DADOS SEEC - UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS	PRINCIPAIS FASES DA CAMPANHA ESTATÍSTICA DO ENSINO REGULAR E NÃO REGULAR A PARTIR DA DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATÉ A DETERMINAÇÃO DAS RESOLUÇÕES ESPECÍFICAS O ENVELOVIMENTO DAS ATIVIDADES NO SISTEMA. ER-1/EP-2/PS-1/EE-1/EB-2/PA-1/SA-1/SA-2
---	--

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

O fluxo de formulários entre as bases coletoras e os Núcleos de Informática é documentado através de instrumentos próprios das Secretarias e do IBGE, que asseguram a integridade da pesquisa, resguardando o seu caráter censitário.

O "Relatório Quinzenal de Coleta - RQC", por sua vez, remetida ao SEEC, enseja a aferição dos prazos previstos no cronograma, permitindo acompanhar o desenvolvimento desta etapa em cada Unidade da Federação e, desse modo, concentrar a supervisão, estabelecer os eventuais reajustes e prever datas de conclusão.

Os formulários já criticados são enviados aos Centros Estaduais de Processamento, contratados com recursos do SEEC para a entrada de dados¹, acompanhados do "Controle de Remessa de Lote - CRL". O recebimento regular do "Relatório Quinzenal de Digitação- RQD" permite ao SEEC avaliar o desempenho de cada centro no cumprimento dos prazos fixados, em plano nacional, para esta etapa. A entrada de dados, uma vez realizada, conforma as fitas-base, remetidas ao SEEC para submissão ao programa de consistência, cuja aplicação acusa os erros eventualmente decorrentes da digitação. A aplicação sucessiva do mesmo programa sobre os conteúdos redigitados tantas vezes quantas forem necessárias, isenta de erros as fitas-base e conclui o ciclo da digitação, encerrando os compromissos dos centros contratados.

A partir dessas fitas, o SEEC reorganiza os dados de acordo com o "lay-out" dos formulários de coleta e os transcreve para um arquivo único, sobre o qual se emite o plano tabular que, para fins de disseminação, detalha cada variável segundo as Unidades da Federação e o respectivo total nacional.

Muito embora o plano tabular eleito para a campanha leve em conta as necessidades dos principais níveis de demanda, outros cruzamentos, desagregações e análises diversas das apresentadas podem ser obtidas desde que solicitadas ao SEEC.

A compatibilidade requerida, em plano nacional, aos equipamentos utilizados para estas rotinas condicionou, na campanha de 1984, a distribuição da digitação por Centros de Processamento algumas vezes sediados em Unidades da Federação distintas das que corresponderam às fontes dos dados (ver pág. 25).

Entretanto, a política de informatização das Secretarias de Educação, iniciada no mesmo ano pela Secretaria de Informática do MEC, leva em conta esta exigência e deverá ensejar, nas próximas campanhas, o controle imediato desta fase pelos próprios Núcleos de Informática, sob cuja responsabilidade estarão, também, a aplicação do programa de consistência, a eliminação dos erros e a conformação da fita-imagem dos questionários. Com isso, estará aliviada a sobrecarga de processamento do SEEC, ao qual caberá, tão-somente, a emissão do plano tabular nacional, sobre os dados transpostos para o arquivo único, reduzindo substancialmente os prazos de conclusão das campanhas anuais, nestes segmentos específicos.

1 - Excetuados São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, que dispõem de equipamento próprio.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E ESTATÍSTICAS FINANCEIRAS

O **grupo II** compreende os inquéritos de Educação Superior (**ES-1**, **ES-2**, **ES-3**, **ES-4** e **ES-5**) e as pesquisas realizadas sobre as fontes dos recursos aplicados nas áreas de Educação, Cultura e Desporto (**EF-1**, **EF-2**, **EF-3** e **EF-4**).

No âmbito da Educação Superior, os dados são levantados por meio de instrumentos endereçados às Instituições de Ensino e devolvidos ao SEEC, em seguida ao preenchimento, por via postal, caracterizando a "mala-direta".

As fases de crítica visual, consistência e emissão tabular são de inteira responsabilidade do SEEC, que publica regularmente os dados obtidos, na Série Sinóptica da Educação Superior e na Síntese Retrospectiva, que alinha em série temporal os principais aspectos do setor.

O preenchimento dos formulários é acompanhado, em cada Unidade da Federação, por técnicos das Universidades Federais, treinados pelo SEEC para esta tarefa.

A Campanha de 1985 inaugura a intensa participação das representações regionais do MEC, que deverão responsabilizar-se pelo processo de coleta dos dados junto às Instituições de Educação Superior, através das delegacias sediadas nas Unidades da Federação.

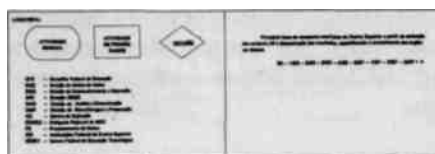
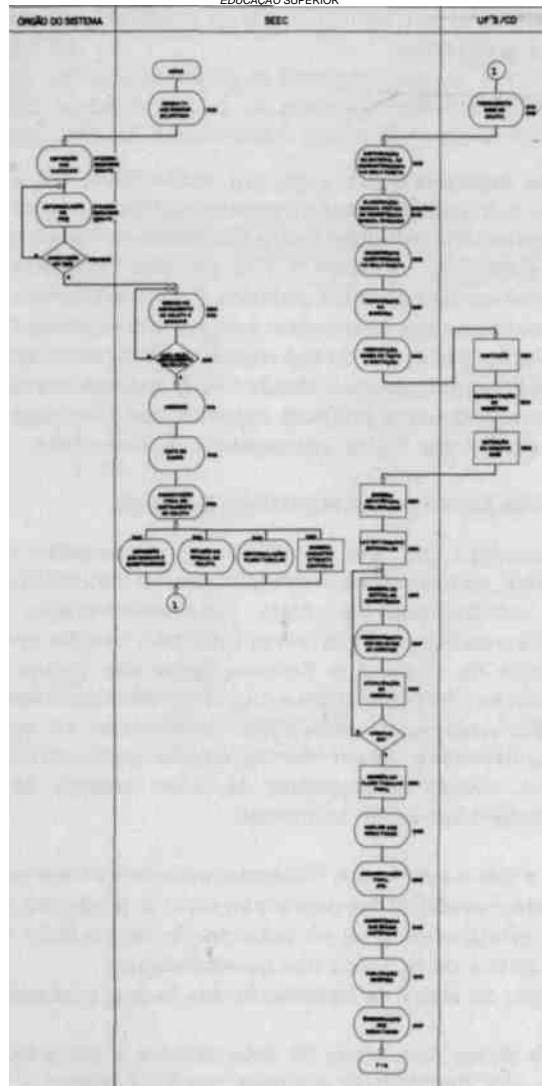
As pesquisas financeiras realizam-se parte por "mala-direta", na parcela relativa aos gastos municipais e das entidades estatais, cujas fontes são, respectivamente, as prefeituras e os registros contábeis das próprias instituições, e parte pelo exame descritivo dos orçamentos estaduais e federal. Suas fontes correspondem aos dados da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios da SEPLAN/PR, e ao Balanço da União.

A exemplo das demais educacionais, as pesquisas de Educação Superior são precedidas de encontros anuais, para treinamento dos técnicos responsáveis pela orientação ao preenchimento dos formulários. O conteúdo, por sua vez, atende às necessidades da Secretaria de Educação Superior do MEC, incluídas no PDIE por disposição de seu representante junto à comissão responsável pela aprovação do documento.

O fluxo que se segue detalha as diversas rotinas compreendidas pelas pesquisas de Educação Superior e Estatísticas Financeiras, realizadas por "mala-direta", descrevendo as funções afetas a cada um dos órgãos envolvidos, e situando, na estrutura interna do SEEC, as responsabilidades de cada setor de produção.

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO..CULTURA E DESPORTO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA-SG-SEINF
 SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 CAMPANHAS • 1984 /1985
 EDUCAÇÃO SUPERIOR



CULTURA E DESPORTO

As pesquisas culturais (EC-1 a EC-10) realizam-se, até o momento, em estreita articulação com o IBGE, sob cuja responsabilidade encontra-se a totalidade da coleta. Os conteúdos, definidos com a Secretaria da Cultura do MEC e os respectivos órgãos estaduais, totalizam 1.175 campos para preenchimento por 108.000 informantes em 10 inquéritos distintos. Por consequência, a concentração no SEEC de todas as etapas que se sucedem à coleta, sobrecarrega expressivamente o órgão. Por essa razão, a exemplo do que ocorre na maior parte dos levantamentos educacionais, o SEEC vem buscando, desde 1983, o envolvimento mais próximo dos órgãos responsáveis pelas políticas culturais nas Unidades da Federação, transferindo-lhes alguns dos fluxos operacionais da Campanha.

Descentralização do Sistema de Estatísticas Culturais

O SEEC promoveu, no ano de 1983, a reformulação do Sistema de Estatísticas Culturais, resultando na instituição dos 10 inquéritos e na revisão das variáveis e dos instrumentos de coleta. Essa reformulação contou com a participação das Secretarias de Cultura dos Estados e demais entidades da área.

Na perspectiva de divulgar o Sistema junto aos órgãos de cultura das Unidades da Federação e informar sobre a disponibilidade e acesso às informações produzidas, o SEEC estabeleceu articulações preliminares em todo o País.

Com esta aproximação, foram abertas amplas perspectivas de descentralização do Sistema, através de propostas de vários Estados. As expectativas e opções diversas podem ser assim expressas:

- estender, a plano estadual, o Sistema atualmente existente a nível federal;
- absorver responsabilidades parciais do ciclo de produção, efetivando parte da coleta, diretamente e/ou em colaboração com o IBGE a nível estadual;
- realizar a crítica de bancada dos questionários;
- co-participar da etapa de tratamento dos dados, processando-os a nível estadual;
- acessar os dados para efeito de seus estudos e análises.

Para tanto, são necessárias algumas medidas voltadas à dotação dos recursos humanos e instrumentais requeridos para a realização daquelas tarefas, a partir da fixação de bases locais que, estruturadas, permitam conformar a função coordenadora do SEEC, tal como ocorre com os Núcleos de Informática das Secretarias de Educação.

O SEEC E SEUS OBJETIVOS

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

O SEEC E SEUS OBJETIVOS

O panorama geral das mudanças imprimidas pela reforma administrativa do MEC, com a implantação da Secretaria de Informática, atribuiu novo ritmo à atuação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura - SEEC.

Uma nova dinâmica operacional foi necessária para assegurar ao MEC a produção de dados e informações estatísticas na área da educação, cultura e desporto.

O redimensionamento do SEEC foi orientado na direção dos objetivos traçados na Portaria 666, de 4/12/81, que são:

- elaborar o Plano Diretor de Informação Estatísticas da Educação, Cultura e Desporto;
- prestar assistência técnica e assegurar as estatísticas necessárias ao desenvolvimento das atividades do MEC;
- coordenar, em âmbito nacional, o levantamento de dados e informações estatísticas em articulação com o Órgão Central do Sistema Nacional de Estatísticas;
- coordenar a divulgação e disseminação de dados estatísticos;
- coordenar os programas de cooperação técnica e assistência financeira na área de tratamento de dados e informações;
- coordenar e supervisionar programas relativos, à microfilmagem;
- desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de atuação.

PRIORIDADES

As principais ações traduzem o objetivo maior do SEEC que, como órgão de apoio, visa atender os diversos segmentos da administração central do MEC, no âmbito de suas atribuições:

- assessoramento técnico aos usuários no campo de estudos estatísticos;
- desenvolvimento de estudos analíticos voltados para os interesses das secretarias-fim;
- produção de dados e informações analíticas, administrativas e gerenciais dos subsetores da Educação, Cultura e Desporto;
- aprimoramento dos atuais sistemas de coleta e análise, visando a melhoria da qualidade da informação estatística produzida;
- adequação e capacitação dos recursos humanos, otimizando a utilização de equipamentos.

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

SERVIÇOS DO SEEC

O SEEC oferece aos usuários os seguintes serviços:

Produção de dados e informações estatísticas

- Serviço de apoio aos órgãos do MEC para melhor atender ao desenvolvimento de suas atividades.
- Coordenação do levantamento e tratamento dos dados e informações de responsabilidade do MEC, frente ao Sistema Estatístico Nacional.

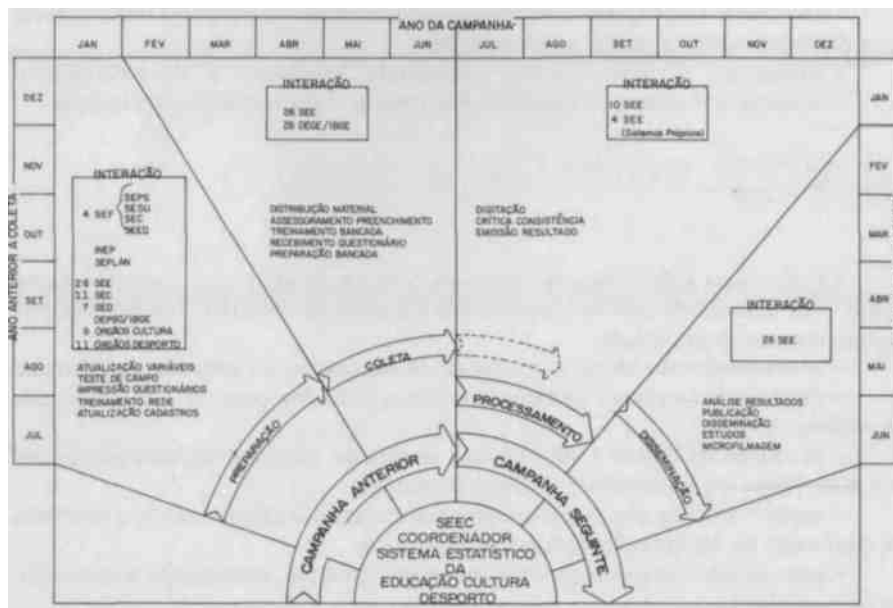
Assistência técnica e cooperação financeira

- Suporte técnico aos diversos órgãos do MEC e demais usuários, na área de tratamento de Dados e Informações Estatísticas, bem como cooperação técnico-financeira às Unidades da Federação.

Assessoria técnica aos usuários

- Assessoria especializada à disposição dos diversos órgãos do MEC, Secretarias de Educação das Unidades Federadas e demais usuários, para a execução de projetos de desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas.

INTERAÇÃO SEEC/ÓRGÃOS DO SISTEMA



SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

Microfilmagem

- Microfilmagem do acervo histórico, estatístico, educacional, cultural e desportivo dos diversos órgãos do MEC.

COMO CONSULTAR O SEEC

Atendimento ao usuário

- O Serviço de Estatística da Educação e Cultura dispõe de um setor exclusivamente destinado à disseminação das informações que produz.

O SEEC recebe as solicitações e as atende de imediato, na hipótese de dados disponíveis em publicação editada ou em relatório de computador.

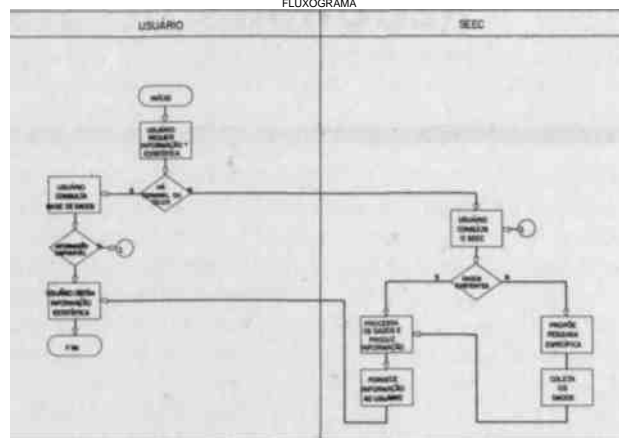
Estatísticas avançadas

- Caso a solicitação exija estatísticas mais elaboradas, tais como: taxas, índices, indicadores, ela será atendida por setor especializado do SEEC que possui recursos modernos para sua obtenção.

Assessoria especializada

- O SEEC está apto, ainda, a planejar e executar pesquisas distintas das que realiza rotineiramente, para atendimento a necessidades eventuais dos órgãos do Ministério da Educação e Cultura, e Secretarias Estaduais. Pode também orientar e acompanhar a utilização e a análise de dados estatísticos, prestando assessoria especializada ao usuário.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA -SG-SEINF SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA ATENDIMENTO DO USUÁRIO FLUXOGRAMA



RECURSOS DO SISTEMA

RECURSOS DO SISTEMA

A base orçamentária do Sistema compreende três fontes distintas de recursos; a **primeira**, provinda da União, corresponde à parcela que, na dotação do Tesouro Nacional para a função Educação, configura o subprograma da Secretaria Geral do MEC destinado a serviços de processamento de dados e informações, cuja operacionalização é de responsabilidade da Secretaria de Informática - SEINF, que incorpora o SEEC.

A absorção destes recursos por parte do Sistema encontra-se, portanto, condicionada ao percentual destinado ao SEEC no planejamento geral das ações da SEINF, e sua alocação identifica-se com os custos envolvidos na manutenção das rotinas do órgão, compreendendo as despesas com impressão do instrumental de coleta, publicação de resultados, viagens de supervisão às Unidades da Federação, entre diversas outras. Tal percentual, contudo, não esgota a contribuição real desta fonte ao SEEC, caso se considerem os custos decorrentes da utilização de "Hardware" e sistemas periféricos, que correm por conta do Serviço de Processamento de Dados da SEINF.

A **segunda** fonte corresponde aos recursos provindos do Salário-Educação/Cota Federal, concentrados no FNDE¹ para repasse segundo os diversos programas do MEC. No caso particular do SEEC, tal repasse é decorrente do projeto-atividade "Informações Estatísticas do Setor Educacional".

A descrição detalhada desse projeto é realizada pelo SEEC, periodicamente, através da consolidação dos vinte e seis Planos Operativos Anuais recebidos dos Núcleos de Informática das Secretarias de Educação, acompanhados dos respectivos Planos de Aplicação de Recursos.

A avaliação das necessidades de cada Unidade da Federação implica no exame aprofundado das realidades locais, com a finalidade de maximizar as possibilidades de participação de cada Secretaria de Educação na coleta de dados e nas demais fases do levantamento.

A análise dos conteúdos descritos pelos Planos Operativos das Secretarias de Educação, sobretudo quanto à proximidade que guardam em relação ao padrão de eficiência preconizado para o Sistema, gera um documento único, elaborado pelo SEEC, acrescido da parcela requerida pela política nacional de educação, em atenção à demanda específica do MEC.

O repasse às Unidades da Federação observa, portanto, valores proporcionais à dimensão da participação operacional de cada uma na campanha, e à disponibilidade orçamentária da Secretaria de Educação, no que tange à contrapartida financeira do Estado.

1 —Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

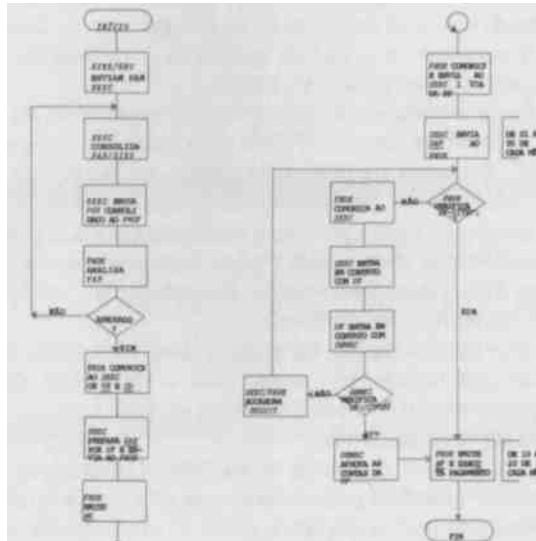
A terceira fonte é, por consequência, o próprio orçamento da Unidade, na fração que, dentro do planejamento financeiro da Secretaria de Educação, é destinada ao programa de informações estatísticas.

Vale acentuar, contudo, que o repasse direto, via FNDE, não esgota as formas de assistência financeira às Unidades da Federação. De fato, os custos decorrentes dos cursos de capacitação de recursos humanos, oferecidos regularmente, em vários níveis, aos Núcleos de Informática, da impressão documental e da digitação dos dados na quase totalidade dos Estados, entre outros, caracterizam uma aplicação indireta que aumenta, de muito, a participação percentual do SEEC nos respectivos sistemas de ensino.

Entre 1983 e 1984, foram realizados 19 cursos, que totalizaram 820 vagas destinadas aos técnicos dos Núcleos de Informática, buscando ampliar seu potencial produtivo no âmbito das próprias Secretarias, através da familiarização com os métodos e instrumentos da estatística aplicada e com as tecnologias mais avançadas de análise.

O esquema a seguir sintetiza os fluxos de repasse direto às Unidades da Federação:

FLUXO DE REPASSE DOS RECURSOS DO CONVÊNIO ANUAL PARA AS UF



- . PAR - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS
- . VR - VALORES DOS RECURSOS UF
- . CD - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
- . DAE - DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO
- . DAF - DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO
- . NF - NOTAS FINANCEIRAS
- . SITREG - SITUAÇÃO REGULARIZADA
- . EN DIA COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS E SEM RECESSO DE RECURSOS EM CAIXA REGIST - REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

DESCENTRALIZAÇÃO: EVOLUÇÃO DO SISTEMA

DESCENTRALIZAÇÃO: EVOLUÇÃO DO SISTEMA

Desde o início da reestruturação administrativa e operacional do SEEC, desenvolvida a partir de meados de 1982, a descentralização de determinadas rotinas de produção manteve-se dentre os objetivos principais, merecendo sucessivos estudos e propostas que buscaram, fundamentalmente, eleger e por em prática a alternativa mais viável, visando a agilização do Sistema.

No conjunto de procedimentos compreendidos pelo fluxo de produção, tratou-se em uma primeira etapa de identificar aqueles cuja execução pudesse ser transferida às Unidades Federadas, sem prejuízo da função coordenadora do SEEC, que assegura a padronização de critérios com que os dados são obtidos e tratados.

Estabeleceram-se, assim, como tarefas passíveis de distribuição, nesta fase, a crítica visual, a preparação dos questionários para digitação, a gravação das fitas-imagem dos questionários, resultantes da entrada de dados e a crítica de consistência.

Com esta finalidade, o SEEC previu a disposição de apoio técnico e financeiro que desse suporte às Secretarias de Educação que se comprometessem na execução dessas rotinas, que representam uma sobrecarga operacional expressiva quando procedidas a nível centralizado, inviabilizando os prazos de divulgação dos resultados dos censos anuais, no que concerne à velocidade com que são requeridos pelos seus diversos usuários.

Tarefas dessa natureza, por outro lado, quando executadas com maior proximidade em relação às fontes geradoras, ensejam correções mais rápidas quando necessárias, identificadas e procedidas por técnicos das próprias Secretarias de Educação, com um maior domínio das realidades locais.

A transferência dessas rotinas foi iniciada de forma gradual, de modo a permitir a absorção adequada ao potencial de performance de cada Secretaria, no momento da implantação. Desse modo, foram criadas, de início, bancadas de crítica visual na grande maioria das Unidades Federadas, treinadas em diversos encontros regionais, seguidos da visita de técnicos do SEEC, com a finalidade específica de orientar e acompanhar os trabalhos de instalação. Atualmente, todas as Secretarias dispõem de bancadas, implantadas segundo procedimentos idênticos.

Obedecendo à mesma política, as Unidades Federadas, que ainda não o faziam, absorveram em 1984 a digitação dos instrumentos de coleta, etapa que se segue à crítica visual, além de outras rotinas de processamento (crítica de consistência, correção etc). Tais procedimentos, contudo, são executados segundo um plano básico, definido pelo SEEC junto com as Secretarias de Educação, para aplicação nacional.

A distribuição dessas tarefas, antes concentradas no SEEC, por Centros de Processamento estaduais ou federais localizados nas Unidades Federadas, além de aliviar de muito a sobrecarga dos equipamentos da Secretaria de Informática do

MEC, contribuiu efetivamente nos prazos de finalização da Campanha, permitindo maior rapidez na utilização dos dados, tanto em plano estadual quanto federal.

Muitas vezes, contudo, a inexistência de equipamentos compatíveis com os programas ou volume de dados, ou ainda a impossibilidade de utilizá-los, quando existentes, fez com que a descentralização obedecesse, na Campanha de 1984, à capacidade de produção de Centros de Processamento localizados em Unidades Federadas distintas das que correspondem às fontes das informações.

Os compromissos formais, com a participação das Secretarias de Educação, ultimaram-se através da assinatura de contratos entre o SEEC e as Companhias de Processamento de Dados, Fundações, Universidades Federais e o SERPRO, conforme descrição nos quadros seguintes:

CENTROS DE DIGITAÇÃO NAS UNIDADES FEDERADAS

Centros de Digitação	Local	Equipamento utilizado para entrada de dados	Unidades Federadas atendidas
Fundação Instituto de Planejamento- FIPLAN	Maceió	VIDEO/IBM	AL
Centro de Processamento de Dados do Governo do Território Federal do Amapá - CPD/AP	Macapá	COBRA 400	AP
Processamento de Dados Amazonas S.A. - PRODAM	Manaus	COBRA 400	AM
Companhia de Processamento de Dados da Bahia - PRODEB	Salvador	TD 100/TD 200/ COBRA 400	BA
Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo- PRODEST	Vitória	TD200	ES
Universidade Federal de Goiás - UFGO/CPD	Goiânia		GO
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- FUFEMS/CPD	Campo Grande	TD 100/TD 200 TD	MS
Centro de Processamento de Dados do Mato Grosso - CEPROMAT	Cuiabá	TD200	MT
Universidade Federal do Pará - UFPA/SECOM	Belém	DEC 10	PA
Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco - CETEPE	Recife	COBRA 400	PE
Empresa de Processamento de Dados do Piauí - PROCED	Teresina	COBRA 400	PI
Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte - DATANORTE	Natal	SID 5.200	RN
Companhia de Processamento de Dados do Governo de Roraima - CPD/RR	Boa Vista	COBRA 400	RR
Companhia de Processamento de Dados do Sergipe - PRODASE	Aracaju	TD 100/COBRA 305	SE

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

CENTROS DE DIGITAÇÃO DO SERPRO

Unidade Regional de Operação	Local	Unidades Federadas atendidas
1ª URO	Brasília	AC, DF, MG, RO
3ª URO	Fortaleza	CE, MA
4ª URO	Recife	PB
7ª URO	Rio de Janeiro	RJ
9ª URO	Curitiba	SC

A supervisão dos trabalhos a nível local está afeta, por força do contrato assinado pelo SEEC, aos Estados que sediam o próprio processamento.

O projeto de informatização das Unidades Federadas, levado a efeito pela Secretaria de Informática do MEC deverá, quando concluído, modificar substancialmente este quadro. Será possível, a partir de então, utilizar equipamentos diretamente administrados pelas Secretarias de Educação, compatíveis em plano nacional com os requisitos de entrada e tratamento de dados requeridos pelos programas do SEEC.

Nota: A descentralização da digitação abrange hoje todas as Unidades Federadas, tendo em vista que São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul já a vinham realizando rotineiramente, nas campanhas anteriores.

APÊNDICE

- Antecedentes Históricos**
- Pressupostos Legais**
- Núcleos de Informática das Unidades da Federação**

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Convênio de 1931

Em dezembro de 1931, o Rio de Janeiro sediava a IVª Conferência Nacional de Educação, reunindo membros da Associação Brasileira de Educação de todo o País.

Na ocasião, a necessidade de conhecer, de modo abrangente, a educação brasileira era repetidamente enfatizada em todas as sessões e convergia, na prática, para a eleição da estatística como instrumento desse conhecimento.

Como resultado, foi celebrado, no mesmo ano, o **Convênio entre a União, os Estados e o Território Federal do Acre** com a finalidade de aperfeiçoar e uniformizar as "estatísticas educacionais e conexas".



Frontispício da 1ª edição do Convênio de 1931, publicada pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública

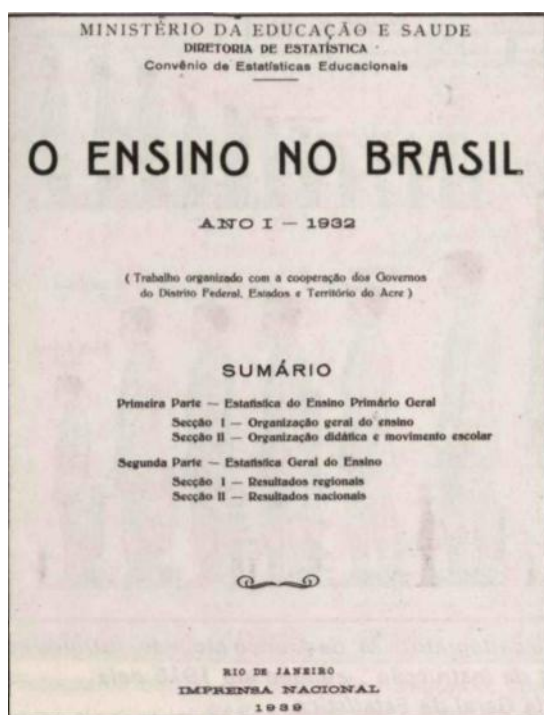
A primeira de suas vinte e sete cláusulas determina, como objetivo do Convênio, a coordenação de "...todos os trabalhos oficiais de estatística educacional e conexas, de modo que seja possível conhecer e divulgar rapidamente, com segurança, as condições gerais do Brasil, de cada Estado, do Distrito Federal e do Território do Acre, em um determinado ano, quanto a todos os ramos de ensino,

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

bem como os vários aspectos apreciáveis do aperfeiçoamento da educação e da cultura nacional."

Ainda em 1931, o Chefe do Governo Provisório da República autoriza o Convênio, por meio do decreto de nº 20.772, considerando, por um lado, que as atividades do então Ministério da Educação e Saúde Pública não se podiam desenvolver "com pleno conhecimento de causa e sob um plano orgânico, sem o levantamento regular das estatísticas referentes aos fatos que as devem condicionar" e, por outro, que "as atividades administrativas que se dedicam no Brasil à organização das estatísticas educacionais só mediante um bem estabelecido Convênio... determinando uma disciplina e deveres comuns, poderão obedecer a um plano sistemático de coordenação, visando não somente o melhor rendimento dos esforços e recursos postos aos serviços daquelas atividades, pela adequada distribuição de objetivos bem diferenciados na sua significação específica e convergentes na sua finalidade mas ainda o aperfeiçoamento e a padronização dos registros, dos métodos de coleta e dos esquemas tabulares requeridos pelas estatísticas em apreço."

Em 1939, a Diretoria de Estatística, criada a partir da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do ministério anterior, publicava os primeiros resultados

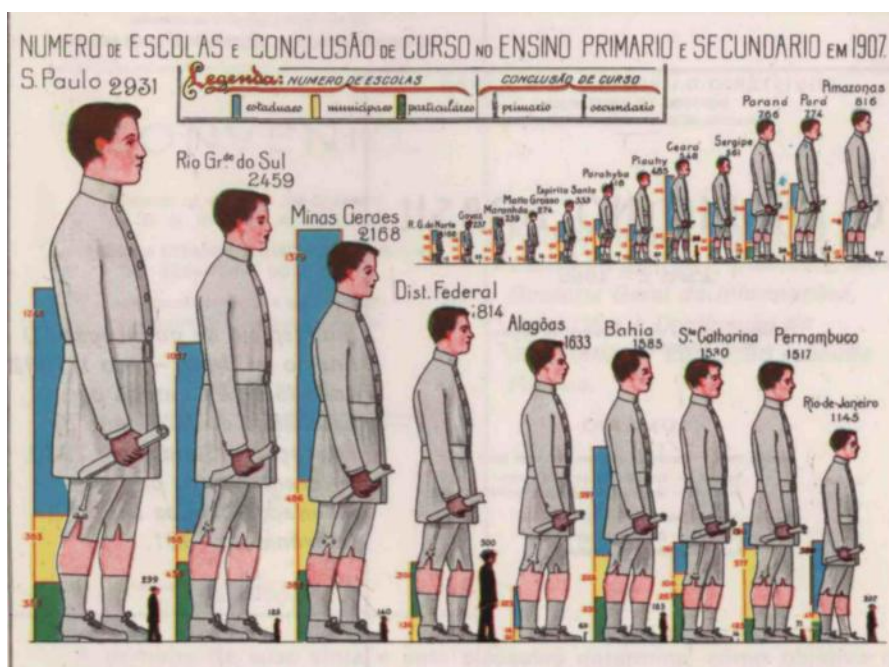


Frontispício da publicação "O Ensino no Brasil - Ano 1-1932" editada pela Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, em 1939, apresentando os primeiros resultados obtidos com o Convênio de 1931.

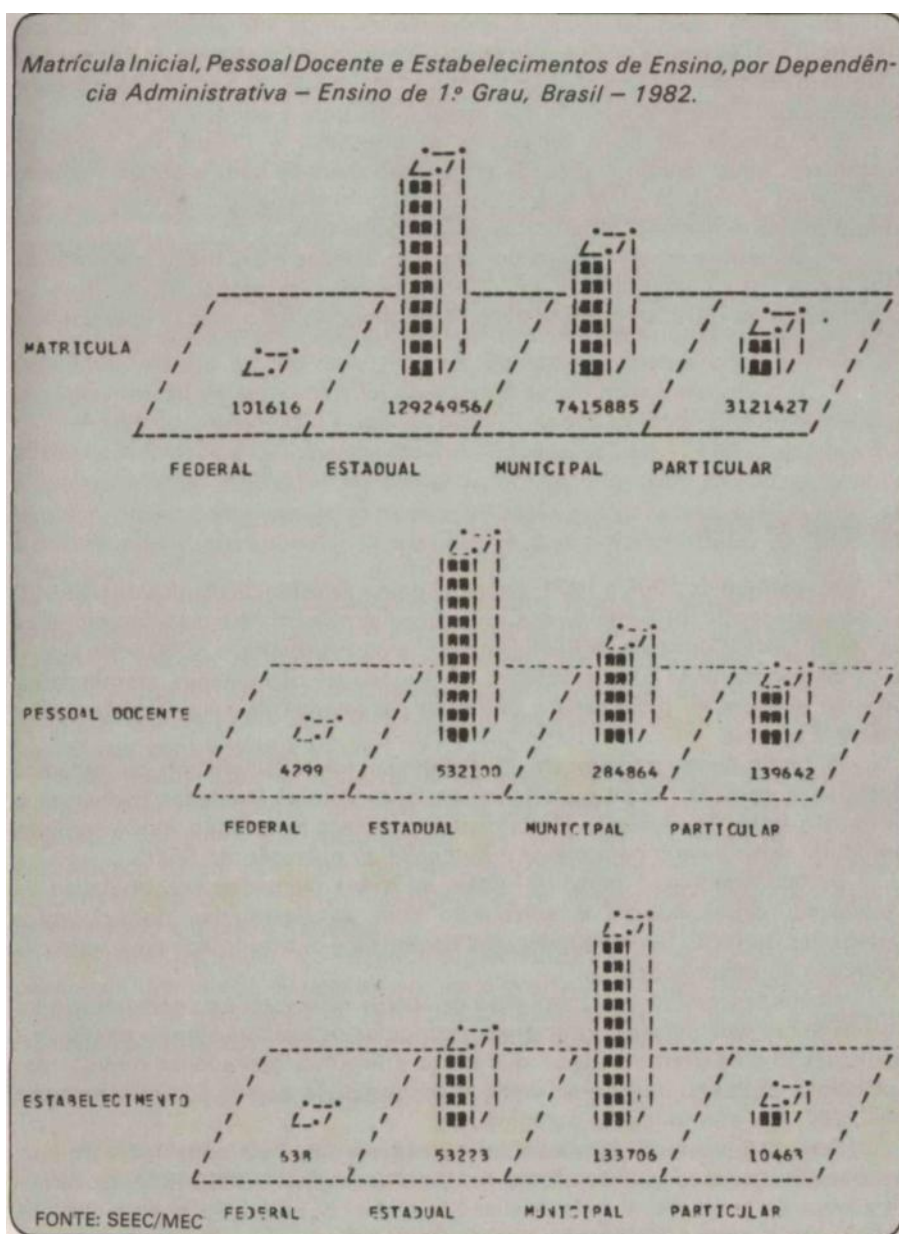
SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

obtidos com o Convênio, iniciando, com dados de 1932, a série O ENSINO NO BRASIL, que seria editada por diversos anos, até ser substituída pela atual "Série Sinóptica".

A publicação inaugural daquela série dedica, na introdução, uma menção elogiosa ao Convênio, atribuindo-lhe, de forma enfática, os dados então publicados. Segundo o texto da época, ao evitar **"duplicatas de inquéritos e de apurações, estabelecendo a homogeneidade do material estatístico e submetendo a padrões a divulgação dos elementos numéricos de expressão nacional, o Convênio de 1931, inspirado na realidade brasileira constitui uma das mais felizes experiências nos anais da nossa vida administrativa, não só pela realização quase integral dos objetivos imediatos, como ainda pelas possibilidades da extensão do sistema que ele estabelece, aos demais ramos da estatística geral do País."**



Pictograma de autoria provável do cartógrafo J. M. de Araripe Macedo, extraído ao Volume I da "Estatística da Instrução", editado em 1916 pela Diretoria Geral de Estatística.



Pictograma obtido, em cerca de 1 segundo, com o Statistical Analysis System — SAS, a partir dos dados em arquivo no SEEC.

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

Em 1956, acompanhando a evolução ocorrida no âmbito do próprio Ministério e recebendo a designação atual, o **Serviço de Estatística da Educação e Cultura** (SEEC) adquire uma nova conformação regimental, que ratifica os objetivos gerais do Convênio e reconhece sua importância para a política setorial.

Sua posição no novo Ministério da Educação e Cultura foi, portanto, preservada, tanto quanto o grau de articulação mantida com o antigo Instituto Nacional de Estatística- INE que, tornado IBGE, foi fortalecido, estendendo-se a todo o território nacional a partir das bases municipais.

As limitações orçamentárias por um lado, aliadas à expansão acelerada da rede física, não permitiram ao SEEC acompanhar, em proporção, o ritmo de crescimento do IBGE. Desse fato decorreram algumas dificuldades operacionais para o órgão.

Convênio de 1972

No período de 1968 a 1971, contudo, com a assistência técnica da **UNESCO** e a colaboração do IBGE através do Centro Brasileiro de Estatísticas Educacionais e da COMPLANE (Comissão de Planejamento), ambos extintos, o SEEC pode avaliar seus procedimentos, com o objetivo de superar as dificuldades identificadas, ocasião em que foi promovida a definição sistemática de seus levantamentos anuais e trienais.

A partir deste período de diagnósticos, foram ampliados os recursos destinados ao SEEC, redimensionados os laços com as Unidades Federadas e iniciada a apuração mecânica diretamente controlada pelo órgão. Essas medidas em muito contribuíram para elevar o potencial de operação do SEEC.

Fortaleceram-se, a partir de então, as bases plantadas nas Unidades da Federação, estreitando-se a articulação com as Secretarias de Educação, Delegacias do IBGE, Superintendências Regionais e outros órgãos envolvidos na produção de informações.

No mesmo período, foi proposta e celebrada nova versão do convênio para a obtenção das estatísticas educacionais, corrigidos os anacronismos e ampliada a participação do Governo Federal, que passa a envolver não apenas o MEC, mas também a SEPLAN, criando-se como mecanismo de apoio, a comissão mista MEC/SEPLAN, com o fim de gerenciá-lo.

Embora atuante, a comissão foi extinta em 1974. O convênio, contudo, permanece em execução por força do trabalho conjunto MEC/IBGE/Governos Estaduais. Estes últimos através de suas Secretarias de Educação, nos aspectos de coleta, tratamento e divulgação dos dados, implementados pelo processo de cooperação técnico-financeira desenvolvido pelo SEEC junto a todos os sistemas de ensino do País.

Núcleos de Informática

Com a finalidade de intensificar a atenção aos objetivos fixados em seu regimento, decorrentes das recomendações do Convênio de 1931, revistas no documento celebrado em 1972, o SEEC planejou e desenvolveu uma política de aproximação às Unidades Federadas que resultou na implantação de núcleos de informática em todas as Secretarias de Educação do País, voltados especificamente a operar, em plano local, rotinas relacionadas à obtenção das estatísticas educacionais.

Tais núcleos, a princípio dedicados à consolidação da rede de coleta gerenciada nacionalmente pelo SEEC para, junto a do IBGE - tradicionalmente utilizada nas campanhas-agilizar os trabalhos de campo, foram gradativamente ganhando espaço dentro das próprias Secretarias, como consequência do reconhecimento de seu potencial no suporte às políticas estaduais.

A fase de implantação exigiu do SEEC, à época Unidade Orçamentária, não apenas a aplicação de volumosos recursos, repassados através de programas que singularizavam as condições preexistentes em cada Unidade da Federação mas, também, um empenho exaustivo na sensibilização dos governos estaduais quanto à contrapartida operacional e financeira que lhes corresponderia, por força do Convênio.

A esses aspectos, somava-se a necessária absorção de recursos humanos aptos ao desempenho de determinadas rotinas dos levantamentos, sem prejuízo da qualidade exigida ao dado. Implicava, ainda, em redimensionar os próprios inquéritos a partir de um conteúdo comum sem, contudo, deixar de contemplar particularidades de cada sistema de ensino, passíveis de tratamento estatístico e requeridas pelas políticas locais.

Por outro lado, a pluralidade de registros utilizados inviabilizava o levantamento homogêneo que não fosse precedido de um programa especificamente voltado a sua padronização que, uma vez realizado, evidenciou a necessidade de um trabalho a nível de linguagem que estabelecesse os limites conceituais de cada variável, assegurando a univocidade imprescindível à quantificação em plano nacional.

A partir de então, resguardada a parcela de interesse do MEC, todas as pesquisas vêm sendo planejadas em estreita articulação com as Secretarias de Educação, que participam da definição do instrumental de coleta e recebem treinamento, para sua aplicação, antes de cada levantamento.

Descentralização: Metas Imediatas

Inicialmente, as Unidades Federadas participavam, tão-somente, da coleta de dados, dividida com o IBGE em proporções condicionadas à capacidade de cada Secretaria de Educação.

Os encontros anuais, que ainda hoje precedem os inquéritos, tinham portanto àquela época a finalidade de fixar procedimentos padronizados de coleta, a serem disseminados pelos representantes das Secretarias de Educação pre-

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

sentes, aos demais profissionais envolvidos com esta fase do levantamento nas Unidades Federadas.

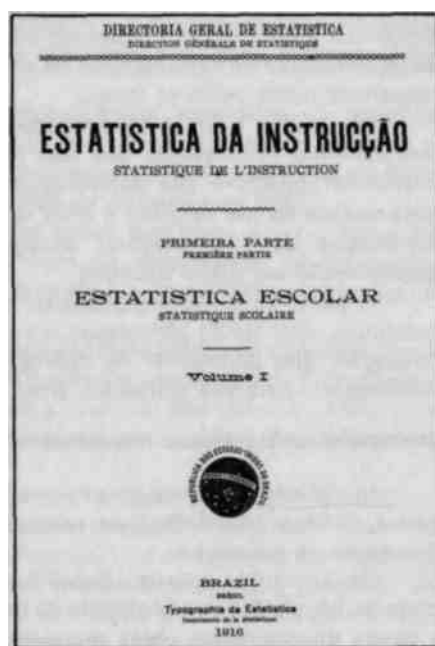
A partir de 1982, contudo, os Núcleos de Informática passaram a absorver gradativamente outras fases da Campanha. Nesta linha, em **1983 a crítica de bancada** dos levantamentos educacionais foi transferida às Unidades da Federação, treinadas intensamente em encontros regionais e visitas locais e, em **1984, a entrada de dados e a consistência preliminar**. Para **1985** estão previstas a **consistência final** e, em última fase, a responsabilidade integral pelo **processamento** a nível de UF.

Tal flexibilidade permite ao SEEC dedicar-se de forma mais intensa à função coordenadora que exerce no Sistema Estatístico da Educação, Cultura e Desporto, planejando os levantamentos, definindo e acompanhando os procedimentos a serem aplicados em plano nacional.

Permite, ainda, ampliar os segmentos que pesquisa anualmente e, por consequência, a própria dimensão de sua contribuição aos setores de planejamento e decisão do Ministério da Educação e Cultura.

Frontispício da "Estatística da Instrução" editada em 1916 pela Diretoria Geral de Estatística, lançada simultaneamente ao "Anuário Estatístico do Brasil", que inaugura a série até hoje publicada.

34



PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ao atribuir, em sua cláusula terceira, à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública, a totalidade dos encargos que prescreve para a União, o *Convênio de 1931* reconhece no órgão um caráter central até então atenuado pela concepção federalista vigente, que conferia ampla autonomia aos governos estaduais.

A criação do Instituto Nacional de Estatística - INE, ocorrida em 1934, evoluído do Departamento Nacional de Estatística antecede, em três anos, transformação semelhante no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1937, pela *lei 378*, fica extinta a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação sendo criada, no mesmo ato, a Diretoria de Estatística, singularizando a função a que seria destinada.

A nova conformação administrativa, mais específica quanto às finalidades do órgão, somada à vinculação direta ao Ministro de Estado, reconhecem à estatística, uma função preponderante na definição e execução das políticas do Ministério.

Ambas as transformações, na verdade, sitomatizam um prestígio crescente do método estatístico em plano nacional, que permeia os demais setores da administração pública. Sem dúvida, os resultados práticos observados a partir do Convênio de 1931, contribuem neste entusiasmo.

No mesmo ambiente, a Conferência Nacional de Educação realizada em 1936 retoma o tema das estatísticas educacionais e, certamente, também a ela é devida a nova posição conferida, em seguida, à Diretoria de Estatística.

A consolidação do órgão na estrutura do Ministério assegura a manutenção de suas atribuições, na gerência da produção estatística setorial, desenvolvida em crescente aproximação com o INE.

Em 1956, já sob orientação **formal** do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e como decorrência da reforma administrativa observada no próprio Ministério, passa a designar-se **Serviço de Estatística da Educação e Cultura- SEEC**, e recebe pelo *Decreto nº 38.661* um novo regimento que, mais uma vez, admite a condição gerencial adquirida desde 1931, resguardado agora o caráter central do IBGE, expresso através do trabalho conjunto. De fato, as publicações da época atestam esta proximidade e o reconhecimento do papel executivo do SEEC em matéria setorial, no âmbito da produção estatística oficial do País, ao designá-lo órgão daquele Instituto.

Em 1967, o *Decreto-lei 200* determina, em seu artigo 30, a organização sistêmica da atividade estatística desenvolvida nos órgãos de administração federal. Tal orientação, certamente, inspirou a reavaliação dos métodos postos em prática pelo SEEC até então, procedida entre 1968 e 1971, para a qual concorreram a UNESCO e o IBGE, através da Comissão de Planejamento e do Centro Brasileiro de Estatísticas Educacionais, que à época o integravam.

O Convénio MEC/SEPLAN/IBGE/Unidades Federadas, de 1972, decorrente das conclusões dessa reavaliação, ratifica a posição do SEEC no que tange ao Plano Nacional de Estatísticas Básicas, aprovado pelo Decreto *n.º* 63.010/68 e, por consequência, reformaliza a função do órgão no Sistema Estatístico Nacional, contemplada na Lei *n.º* 5.878/73 que permite ao IBGE "...avocar a produção de informações compreendidas na competência de órgãos sob sua coordenação técnica", em cumprimento ao artigo 1º, da mesma Lei, que lhe determina os objetivos.

A atenção ao Decreto-lei 200 imprime uma definição mais precisa quanto às atribuições de cada um dos segmentos que partilham, com o SEEC, a produção estatística setorial. Pressupostos de hierarquia e de interação viram-se, então, explicitados e, gradativamente, as respectivas funções foram assumindo contornos nítidos, ensejando a avaliação do desempenho de cada segmento de per-si e, em consequência, a localização de níveis de entropia existentes e a prática de medidas destinadas a superá-los.

As Secretarias de Educação tiveram, também nesta fase, uma atuação muito importante. A incorporação, nas respectivas estruturas, dos Núcleos de Informática implantados com a assistência do SEEC, em decorrência do *Convénio de 1972*, e a admissão das funções que lhes seriam inerentes, ajudam a dar movimento ao Sistema, que passa a identificar bases locais definidas, que somadas configuram, a partir da adoção de procedimentos comuns, a coordenação do órgão em plano nacional.

Em 1981, a *Portaria Ministerial de nº* 666, em seu artigo 26, confere ao SEEC, entre outras atribuições, a responsabilidade pela elaboração e execução do Plano Diretor de Informações Estatísticas da Educação, Cultura e Desporto (PDIE), de periodicidade prefixada, e a coordenação nacional dos levantamentos correspondentes a estes setores, em atendimento à demanda específica do MEC.

O Plano Diretor vigente obedece às conclusões do Grupo de Trabalho criado pela *Portaria de nº* 62 de 7 de julho de 1982, com o fim de elaborá-lo, e traduz o conjunto de necessidades apontadas por seus integrantes, indicados pelos respectivos órgãos do MEC, com a prerrogativa de aprová-lo em seu nome.

Este conjunto, somado às necessidades apontadas pelas Secretarias de Educação nos encontros nacionais periódicos, conformam as pesquisas anuais que contemplam, além deste nível de demanda, também aquele requerido pelo Sistema Estatístico Nacional, determinado pelo Plano Nacional de Estatísticas Básicas e pelo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Um novo convénio, firmado em 1981, entre o MEC e o IBGE, renova os mecanismos de cooperação mútua, através da instituição de uma comissão bilateral, integrada obrigatoriamente pelo diretor do SEEC, na qualidade de representante do Ministério, destinada a observar os métodos, os resultados e a utilização da produção estatística setorial.

A partir de 1982, a formalização mais precisa do Sistema evidencia sua dinâmica, sendo possível, então, examiná-lo quanto à velocidade de operação, qualidade e disseminação do dado e comparar tais aspectos aos padrões de

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

rendimento idealizados para seu funcionamento, a partir das características de demanda do MEC, Unidades Federadas e demais usuários.

São, então, introduzidos novos procedimentos sobre todas as fases de produção, e iniciada a política de descentralização de rotinas, transferidas gradualmente às Unidades da Federação, ampliando a flexibilidade do SEEC na coordenação do Sistema, através da análise e aprimoramento de fluxos, expansão das pesquisas e disseminação de estudos avançados.

A rigor, a presença sempre próxima do IBGE e o empenho das Secretarias de Educação, vêm sendo imprescindíveis ao desempenho do Sistema. A posição institucional do órgão, por outro lado, conferida em parte pela mesma legislação que conforma o Sistema Estatístico Nacional, assegura a adoção das medidas necessárias ao desenvolvimento de sua produção — aprovadas pelo IBGE, através da Comissão Bilateral, e a conseqüente anuência por parte de todos os segmentos comprometidos com os seus fluxos.

É, precisamente, esta posição no âmbito do Sistema Estatístico Nacional que atribui ao instrumental de coleta utilizado nas pesquisas do SEEC o caráter de compulsoriedade fixado no *Decreto n.º 73.117/73*, que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação das informações necessárias ao Plano Nacional de Estatísticas Básicas e ao Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Esse fato, em decorrência do *Decreto de nº 86.009/81*, que restringe, aos órgãos competentes da administração federal, o levantamento de informações por meio de formulários de preenchimento obrigatório, limita ao SEEC e aos seus coordenados no Sistema, a produção de dados de natureza estatística concernentes à Educação, Cultura e Desporto, a partir das fontes tradicionais de tais pesquisas; a saber: estabelecimentos de ensino, de cultura e de desporto, além daquelas que contêm os dados financeiros correspondentes a cada uma dessas áreas, também coletados.

NÚCLEOS DE INFORMÁTICA DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

ACRE

SETOR DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA - SIFOR
DIRETOR: PROF. MARTINS RODRIGUES CASAS
Rua Barbosa, s/nº
Anexo ao Complexo Escolar de Ensino Médio -
CESEME
69900 - RIO BRANCO - AC
Tel.: (068) 224-2029

ALAGOAS

UNIDADE DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA
COORDENADORA: PROF.ª MARIA CÉLIA DA SILVA
Rua Barão de Alagoas, 141 - Centro
57000 - MACEIÓ - AL
Tel.: (082) 221-5564 R/124 ou 126

AMAPÁ

EQUIPE DE INFORMÁTICA DA COORDENA-
DORIA SETORIAL DE PLANEJAMENTO
CHEFE: PROF.ª ALBERTINA GUEDES DA SILVA
Av. Fab, s/nº
68900 - MACAPÁ - AP
Tel.: (096) 222-0666 R/115

AMAZONAS

NÚCLEO DE ESTATÍSTICA
CHEFE: PROF. LUIZ CARLOS DUTRA DA SILVA
Av. Joaquim Nabuco, 1 768 - 3º andar
Ed. Vicente Nogueira
69000 - MANAUS - MA
Tel.: (092) 234-4678

BAHIA

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS EDUCA-
CIONAIS - SIEC
CHEFE: PROF. RAIMUNDO NASCIMENTO
Rua da Graça, 292 40000 - SALVADOR - BA
Tel.: (071) 247-9573 R/173

CEARÁ

CENTRO DE INFORMAÇÕES - CEDIN
COORDENADORA: PROF.ª MIRIAN PONTES JUCÁ
Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora Bloco 8-
1º andar - Sitio Cambéa 60000 - FORTALEZA -
CE Tel.: (085) 229-1555 R/127 e 159 **DISTRITO**

FEDERAL

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DA
EDUCAÇÃO E CULTURA - SIEEC
*COORDENADORA GERAL: PROF.ª JANE ABRAN-
CHES SETTI*
Anexo do Palácio Buriti - 8º andar
70075 - BRASÍLIA - DF Tel.:
(061)224-0734

ESPIRITO SANTO

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFOR-
MAÇÕES ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS - SIEE
COORDENADORA: PROF.ª IRACY MENEGATTI
ALBINO
Av. César Hilal, 1111 - sala 308 29000
- VITÓRIA - ES Tel.: (027) 227-4998

GOIÁS

UNIDADE DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
*COORDENADORA: PROF.ª IARA PÓVOA DE CAS-
TRO*
Rua 98, nº 11 6 - Setor Sul 74000
- GOIÂNIA - GO Tel.: (062) 224-
9033

MARANHÃO

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS
PARA EDUCAÇÃO - SIEE
DIRETORA: PROF.ª STELLA MARTINS FERREIRA
PINTO
Rua Grande, 807
65000 - SÃO LUÍS - MA
Tel.: (098) 222-6829

MINAS GERAIS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
EDUCACIONAL - CEDINE
DIRETOR: PROF. FLÁVIO EUSTÁQUIO BERTELLI
Rua Gonçalves Dias, 2019 - Bairro de Lourdes
30000 - BELO HORIZONTE - MG
Tel.: (031) 201-4173

MATO GROSSO

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO TÉCNICA DO
NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO
CHEFE: PROF. LUCAS FARIAS GOMES
Rua Comandante Costa, 349
78000 - CUIABÁ - MT
Tel.: (065) 321-9416

MATO GROSSO DO SUL

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS - SIE
COORDENADORA: PROF.ª MARIA ELIDA CINTRA
Parque dos Poderes - Bloco 5 - Ala B 79100 -
CAMPO GRANDE - MS Tels.: (067) 383-5592/382-
6388 R/309

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PARA

UNIDADE DE ESTATÍSTICA E PESQUISA
COORDENADORA: PROF.^a CECÍLIA GERALDES
BASILE
Praça da República, 1020 - 3º andar. Ed. Costa Leite
66000 - BELÉM - PA
Tel.: (091) 223-2877 / 223-0377

PARAÍBA

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA - ASINE
COORDENADORA: PROF.^a MARIA TAVARES
GUERRA DE SOUZA Centro Administrativo
Integrado— BI "I" 3º andar- Jaguaribe 58000 -
JOÃO PESSOA - PB Tel.: (083) 221-8210 R/148 e
221-8212

PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO DA FUNDEPAR
CHEFE: PROF.^a MARIA HELENA CARVALHO
Rua dos Funcionários, 1323 — Bairro Juvevê 80000 -
CURITIBA - PR Tel.: (041) 252-5333 R/172

PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO UE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - DIE
DIRETOR: PROF. JÚLIO AMÉRICO GENTILE RIQUE
Rua da Imperatriz, 166 - 1º andar
50000 - RECIFE - PE Tel.: (081) 231-
5006 R/211

PIAUI

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA
CHEFE: PROF. PAULO RUBENS OLIVEIRA JALES
DE CARVALHO Av. Pedro Freitas, s/nº 64000 -
TERESINA - PI Tel.: (086) 222-6000 / 222-6221
R/230

RIO GRANDE DO NORTE

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS - SIE
COORDENADORA: PROF.^a MARIA DAS DORES
FERNANDES DE LIMA
Centro Administrativo - Bloco B - 2º andar
Lagoa Nova
59000 - NATAL - RN
Tel.: (084) 231-1464 R/210

RIO GRANDE DO SUL

UNIDADE DE INFORMÁTICA- INF/ASS. COPLAN
COORDENADORA: PROF.^o VERA MARIA
PAES
LEITE
Rua Carlos Chagas, 55 - 7º andar- sala 710
90000 - PORTO ALEGRE - RS
Tel.: (0512) 24-5444 R/271

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE INFORMÁTICA
DIRETORA GERAL PROF.^a NEUSA GONÇALVES
DA FONTE FREIRE
Rua da Quitanda, 19-7º andar- sala 707
20021 - RIO DE JANEIRO - RJ
Tel.: (021) 231-2381 / 224-5720

RONDÔNIA

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA
DIRETOR: PROF. ROOSEVELT JOSÉ BASTOS
Av. Farquar, s/nº
78900 - PORTO VELHO - RO
Tel.: (069) 221-9877

RORAIMA

SETOR DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DA
EDUCAÇÃO E CULTURA - SIEEC
COORDENADORA: PROF.^a ANGELA MARIA
BRANDÃO COIMBRA Praça Centro Cívico, 471
69300 - BOA VISTA - RR Tel.: (095) 224-1802

SANTA CATARINA

UNIDADE DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - UNDI
DIRETOR: PROF. ANACLETO FERNANDES DA
SILVA
Rua Antônio Luz, 110-8º andar
Edifício das Secretarias 88000 -
FLORIANÓPOLIS - SC Tel.: (0482)
22-3877 R/172

SÃO PAULO

CENTRO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - CIE
COORDENADORA: PROF.^a MARIA CÂNDIDA
RAIZER CARDINALLI PEREZ
Praça da República, 53-1º andar
01045 - SÃO PAULO - SP
Tel.: (011) 231-3070/255-4077 R/17b

SERGIPE

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO
COORDENADORA: PROF.^a ANTÔNIA DE OLIVEIRA
SOARES Av. Ivo do Prado, 398 49000 -
ARACAJU - SE Tel.: (079) 224-4414 R/32 e 222-
1134

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Anuário estatístico do Brasil: ano I (1908-1912), V. 1, território e população. Rio de Janeiro. Tipografia da Estatística, 1916. 461 p.
- ____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da instrução: estatística escolar, V. 1. Rio de Janeiro. Tipografia da Estatística, 1916, 396 p.
- ____. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Manual de Bancada: desporto e cultura. Brasília, 1984. 59 p.
- ____. Manual de bancada: ER-1 e ER-2, V. I, montagem e procedimentos. Brasília, 1984. 15 p.
- ____. Manual de bancada: ER-1 e ER-2 VII). preparação de questionários. Brasília, 1984. 24 p.
- ____. Manual de bancada: ER-1 E ER 2 V.III. Modelos de documentação de controle. Brasília, 1984, 22p.
- ____. Manual de coleta: educação básica 1985. Brasília, 1984. 44 p.
- ____. Manual de coleta: educação especial, instituições especializadas. Brasília, 1984. 23 p.
- ____. Manual de coleta: desporto e cultura 1985. Brasília, 1984. 50 p.
- ____. Manual de coleta: recebimento, aplicação e devolução dos instrumentos de coleta - ensino superior. Brasília, 1984. 31 p.
- ____. Manual de coleta: educação supletiva- cursos. Brasília, 1984. 30 p.
- ____. Manual de coleta: educação pré-escolar. Brasília, 1984. 29 p.
- ____. Manual de coleta: prédio escolar 1985. Brasília, 1984. 40 p.
- ____. Manual de coleta: prefeituras municipais, entidades estatais, recursos federais e estaduais aplicados na área de educação, cultura e desporto — estatísticas financeiras. Brasília, 1984. 28 p.
- ____. Manual de instruções: cooperação técnico-financeira. Brasília, 1984. 47 p.
- ____. Sistema de processamento de dados: ER-1 e ER-2. Brasília, 1984. 85 p.
- ____. Ministério da Educação e Saúde. Diretoria de Estatística. Convênio de Estatísticas Educacionais. O Ensino no Brasil, ano I - 1932. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1939. 234 p.
- ____. Ministério da Educação e Saúde Pública. Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação. Convênio celebrado na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1931, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre para aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas. Oficina Gráfica da Inspetoria da Demografia Sanitária, Rio de Janeiro, 1932. 127 p.
- Estatística educacional: 160 anos. SISTEMA 1 (1). Brasília, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1983.
- GAMA, Maurício de Pinho. Extrato da palestra proferida na abertura do Seminário de Estatística da Educação, realizado no período de 18 a 20 de abril... sob patrocínio do INEP. SISTEMA 1 (1), encarte especial. Brasília, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1983. _____

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO. CULTURA E DESPORTO

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS

PESQUISAS	NÍVEL DE ABRANGÊNCIA		
	BRASIL	UNIDADES FEDERADAS	MUNICÍPIOS ¹
Educação Pré-Escolar	1969-83	1969-83	1971-83
Ensino de 1º Grau	1932-83	1956-83	1971-83
Ensino de 2º Grau	1932-83	1956-83	1971-83
Educação Superior	1932-83	1956-83	1971-83
Educação Especial	1974-81	1974-81	1974-81
Rádiodifusão	1937-83	1937-83	(1937-74)2-83
Imprensa Periódica	1937-83	1937-83	(1937-75)2-83
Museus	1937-83	1937-83	(1937-50)2-83
Cinemas e Teatros	1937-83	1937-83	(1937-58)2-83
Bibliotecas	1937-83	1937-83	(1937-74)2-83
Associações Culturais	1937-83	1937-83	(1937-74)2-83
Associações Desportivas ...	1937-83	1937-83	(1937-69)2-83
Recursos Federais e Estaduais	1948-83	1948-83	(1957-72)2-83
	1981-82	1981-82	(3)

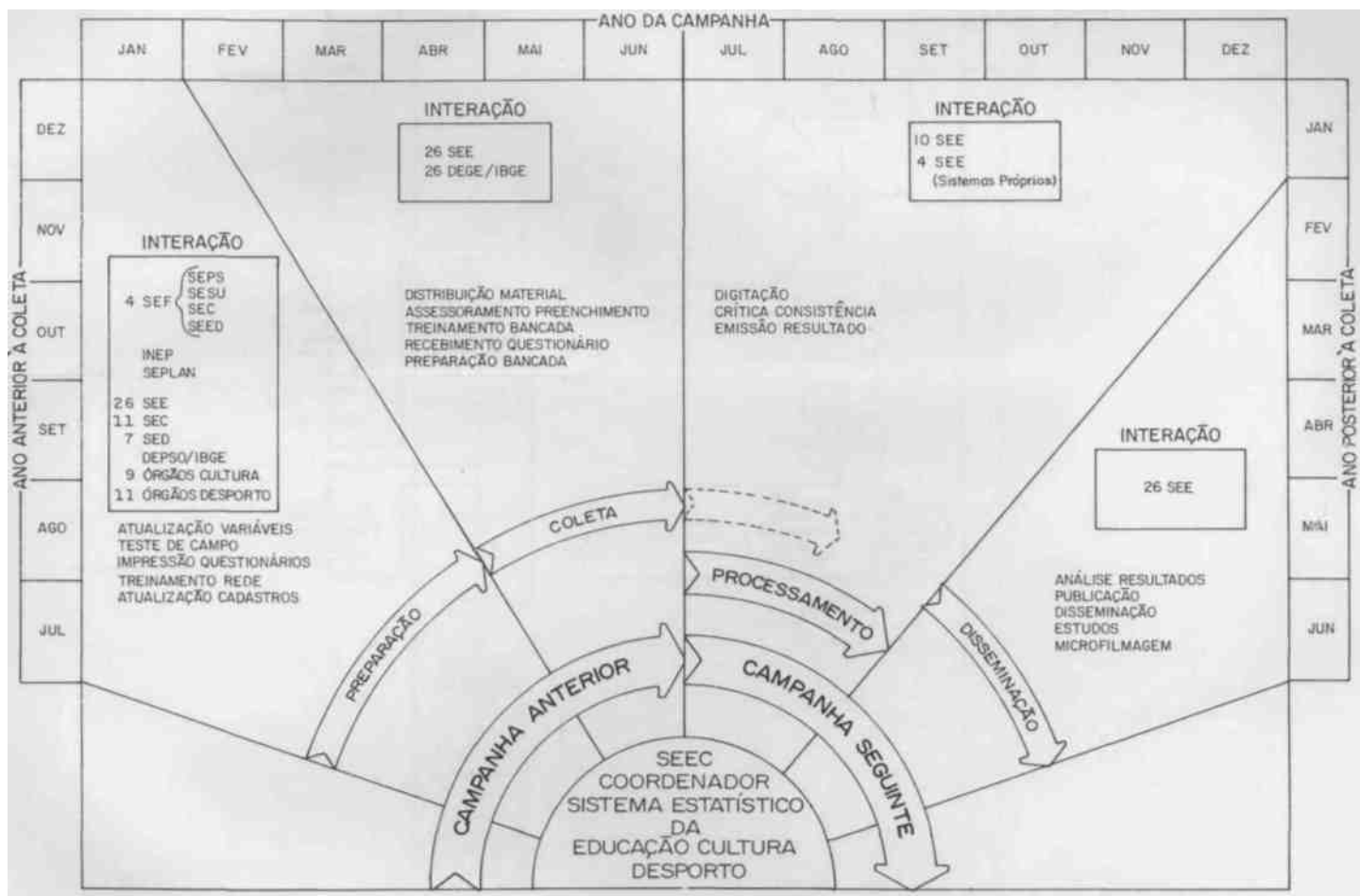
Observações:

- (1) a partir de 1982 as informações estão disponíveis a nível de município e estabelecimento;
- (2) apenas municípios das capitais;
- (3) estão disponíveis também os recursos aplicados na área de educação, cultura e desporto, pelas entidades estatais em 1981.

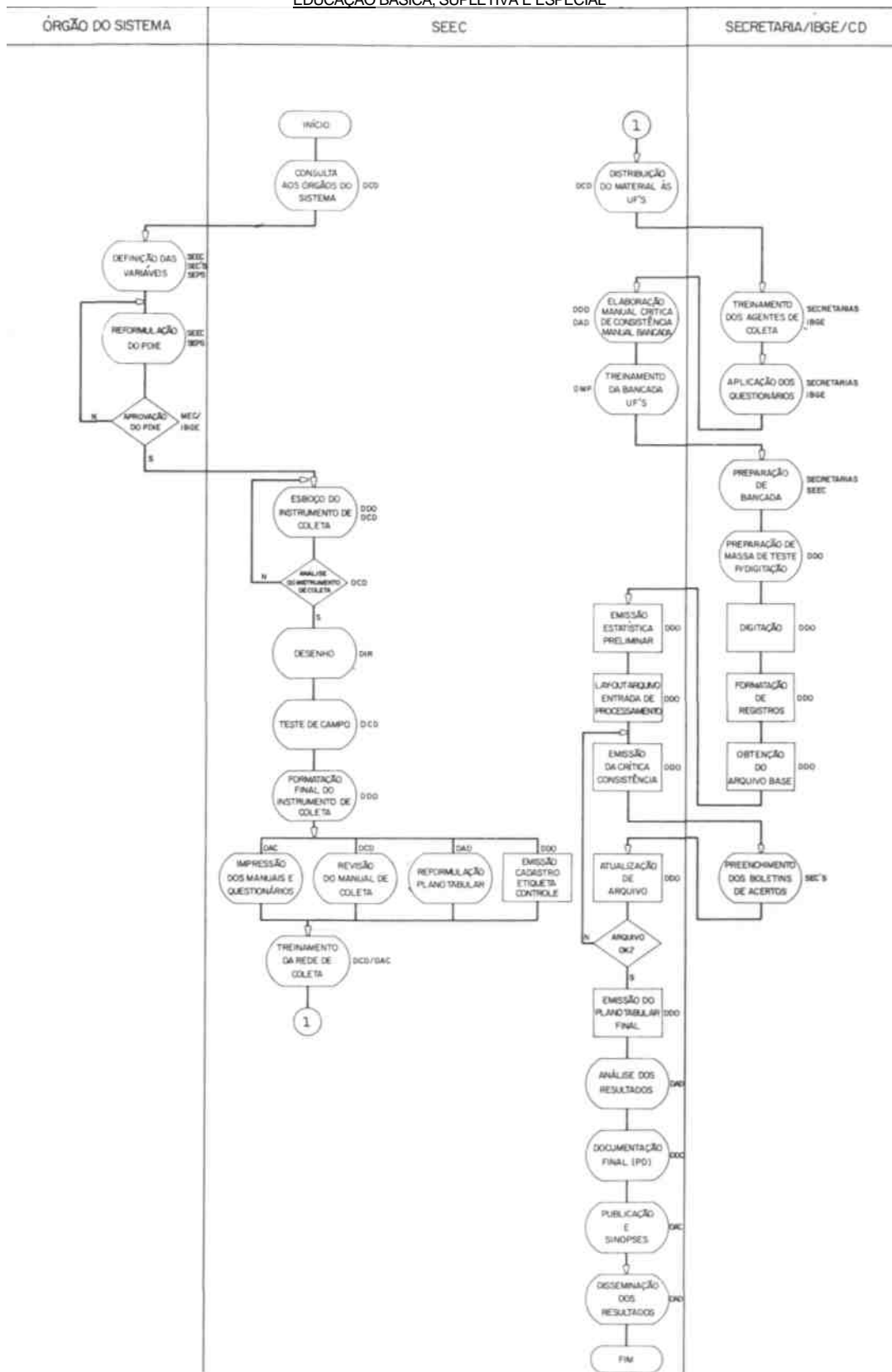
3bra elaborada e editada pela Gerência de Publicações do Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

SISTEMA ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

INTERAÇÃO SEEC/ORGÃOS DO SISTEMA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA-SG -SEINF
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CAMPANHAS-1984/1985
EDUCAÇÃO BÁSICA, SUPLETIVA E ESPECIAL
EDUCAÇÃO BÁSICA, SUPLETIVA E ESPECIAL



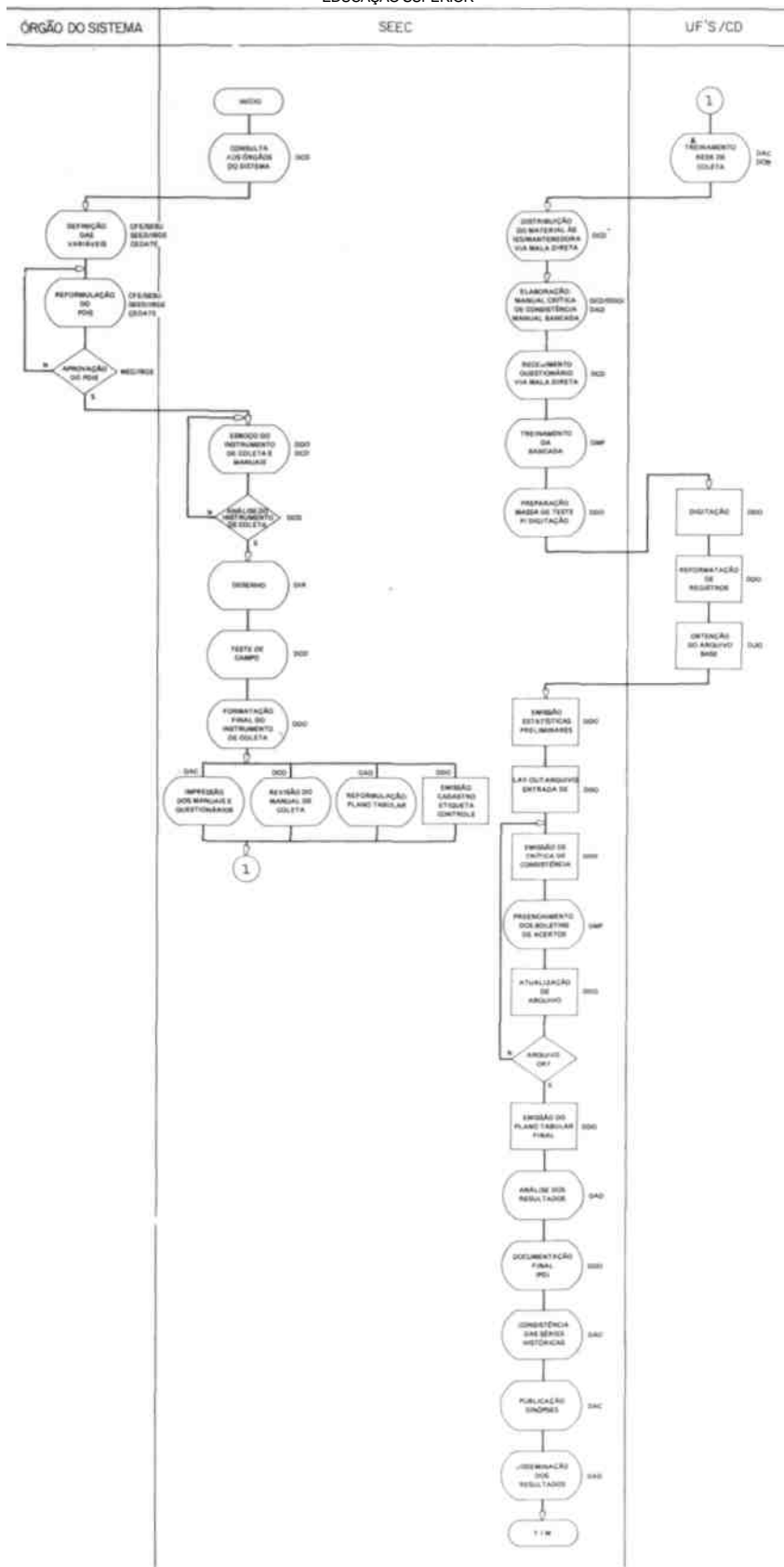
LEGENDA:

ATIVIDADES MANUAIS
 ATIVIDADES DE P.D.
 DECISÃO

SECRETARIAS - SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO DAS UF'S
 DCD - DIVISÃO DE COLETA DE DADOS
 DDO - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÃO
 DIN - DIREÇÃO/SEEC
 DAD - DIVISÃO DE ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO
 CD - CENTRO DE DIGITAÇÃO
 PD - PROCESSAMENTO DE DADOS

PRINCIPAIS FASES DA CAMPANHA ESTATÍSTICA DO ENSINO REGULAR E PRÉCIO ESCOLAR A PARTIR DA DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATÉ A DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS ESPECIFICANDO O ENVOLVIMENTO DOS ÓRGÃOS NO SISTEMA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SG - SEINF
 SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 CAMPANHAS - 1984 / 1985
 EDUCAÇÃO SUPERIOR



LEGENDA

ATIVIDADE MANUAL (oval)

ATIVIDADE DE PROCESSO (retângulo)

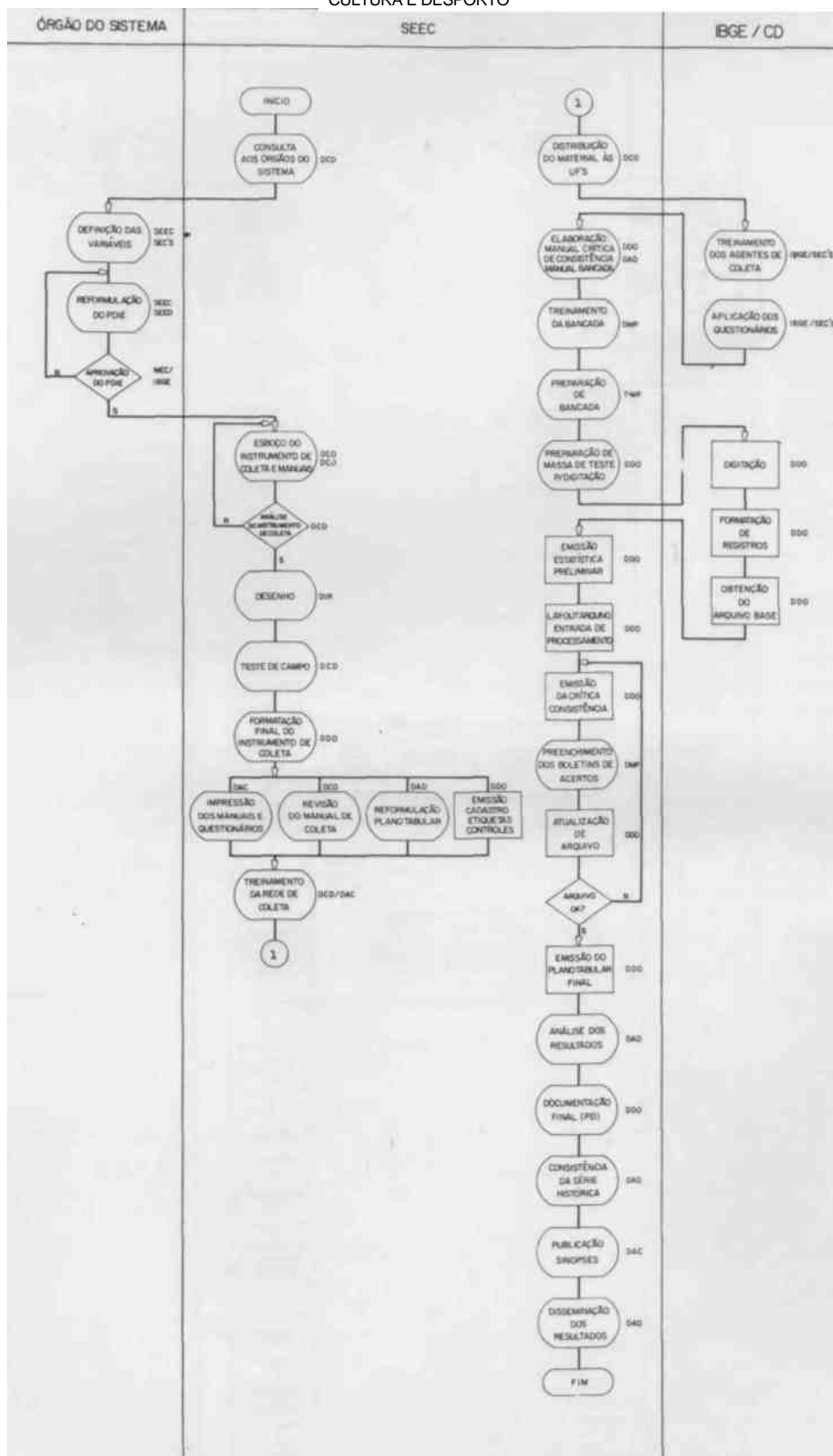
DECISÃO (losango)

OFE - Gabinete Federal de Educação
 SED - Estado de Ceará em Trecho
 SED - Estado de Pernambuco e Ceará
 OEA - Estado SEEC
 SED - Estado de Bahia e Pernambuco
 PMP - Estado de Maranhão e Piauí
 CD - Centro de Dados
 SEINF - Serviço de Estatística do MEC
 PE - Departamento de Dados
 SE - Instituto Federal de Ensino Superior
 CEET - Centro Federal de Educação Tecnológica

Principais fontes de informação estatística do Ensino Superior a partir de definições das variáveis e a descrição dos métodos, instrumentos e procedimentos das etapas do sistema.

ES - 155 - 255 - 355 - 455 - 557 - 157 - 257 - 357 - 4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA- SG-SEINF
 SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 CAMPANHAS -1984/1985
 CULTURA E DESPORTO



LEGENDA

ATIVIDADES MANUAIS (oval)
 ATIVIDADES DE P.D. (retângulo)
 DECISÃO (losango)

SCD - DIVISÃO DE COLETA DE DADOS
 DOO - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÃO
 SEEC - DIREÇÃO/SEEC
 SAD - DIVISÃO DE ANÁLISE, E DISEMINAÇÃO
 DMP - DIVISÃO DE MANEJO, MANEJO E PREPARAÇÃO
 CD - CENTROS DE DIGITAÇÃO
 PD - PROCESSAMENTO DE DADOS
 SMC - DIVISÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

PRINCIPAIS FASES DA CAMPANHA ESTATÍSTICA DE CULTURA E DESPORTO A PARTIR DA DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS ATÉ A DISEMINAÇÃO DOS RESULTADOS, ESPECIFICANDO O ENVOLVIMENTO DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA

EC-1 - A EC-10, ED-1

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)